Produzir

UM CHAMAMENTO PARA O AGRONEGÓCIO



Gustavo Diniz Junqueira*

O AGRONEGÓCIO ganhou os holofotes da política brasileira. O resultado econômico que o setor tem proporcionado ao País – com efeitos sociais em geração de oportunidades de negócios, emprego e renda – catapultou-o para o centro das atenções do debate político que antecede as eleições de outubro.

Trata-se de um momento singular na história do Brasil, bem diferente do início do século XX. Hoje, o agronegócio está espalhado pelo nosso território e é protagonista no desenvolvimento do País.

O setor abriga milhões de produtores e trabalhadores rurais, em cadeias produtivas que integram uma multidão de fornecedores da indústria e de serviços – não se restringindo apenas a uma elite –, sendo o motor que movimenta centenas de economias regionais conectadas aos mercados internacionais.

Produzindo volume e diversidade, o setor – impulsionado pela aplicação direta de ciência, pesquisa, tecnologia e, é claro, clima, recursos naturais e vocação – obteve reconhecimento inédito, o que lhe traz novas oportunidades e desafios.

Toda conquista vem acompanhada de benefícios, mas também de obrigações, e é nesse último ponto que reside o maior desafio do agronegócio de agora em diante. Um chamamento: se o setor é o mais bem-sucedido do País e a percepção da sociedade em relação a isso avançou, está mais do que na hora do agronegócio acentuar a sua participação nas discussões dos mais relevantes temas da agenda pública nacional.

É mais do que evidente que infraestrutura logística, seguro rural, Código Florestal, defesa agropecuária, entre tantos outros itens de interesse direto para a produção de alimentos, são assuntos-chave e prioritários. As mazelas que acometem estas questões influenciam a competitividade do setor.

Além destes temas, a pauta do agronegócio também é tomada por indefinições acerca de segurança jurídica, legislação trabalhista, negociações internacionais, reforma tributária, meio ambiente etc. Isso sem contar as abordagens sobre a política econômica, em especial câmbio e juros. Mas será que é só isso? Será que o setor não pode (e deve) aprofundar-se em outros temas cruciais – verdadeiros pilares – para o nosso futuro?

Segurança pública, saúde, educação, combate à corrupção, mobilidade urbana e equidade social. O agronegócio precisa posicionar-se de modo mais agudo no debate destas questões. Os mesmos problemas – se não piores – que atingem as cidades também atingem o campo. O agronegócio pode e deve contribuir como um importante agente transformador.

E por quê? Se a corrupção fosse menor, o gargalo logístico seria atenuado. Se o saneamento básico fosse menos pior, a saúde nas grandes metrópoles e no interior seria melhor e o meio ambiente, mais bem cuidado. Se a educação fosse prioridade, o apagão de mão de obra qualificada no setor rural também seria menor.

Melhor segurança pública acarreta menor risco sistêmico e redução de custos ligados à segurança privada – na cidade e no campo. Mobilidade urbana eficiente a custos acessíveis é sinônimo de melhor distribuição dos alimentos. A equidade social promove justiça na repartição das riquezas, incorporando ao mercado de trabalho qualificado e à cidadania setores até então marginalizados, que consumirão mais alimentos e demais produtos do campo.

No âmbito das inúmeras reformas de que o Brasil precisa, a política também é uma em que o agronegócio pouco opina. Erro estratégico, já que, lá na ponta final, um sistema eleitoral menos complexo, mais ágil e transparente faria muito bem ao dia a dia de produtores e agroempresários.

O Brasil não tem um projeto claro para si. Vivemos, neste ano eleitoral, um período delicado. A retomada do crescimento exige estabilidade econômica, planejamento e excelência em execução. A correção de rota não passa pela negação, e sim pela afirmação de nossas instituições. O que está errado é a condução delas. A Rural está preparada e vai participar desse debate, com foco na construção do amanhã. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)